



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
CNPJ 00.399.857/0001-26



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Em 31 dezembro de 2022

SUMÁRIO**NOTAS EXPLICATIVAS**

NOTA 1 – Contexto Operacional	3
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis.....	4
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa	5
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas	6
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	7
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo	9
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes	10
NOTA 8 – Imobilizado.....	11
NOTA 9 – Intangível	13
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	13
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar.....	14
NOTA 12 – Demais Obrigações.....	14
NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo.....	15
NOTA 14 – Patrimônio Líquido	16
NOTA 15 – Receita Líquida	17
NOTA 16 – Despesas Administrativas.....	17
NOTA 17 – Outras Despesas	18
NOTA 18 – Outras Receitas	18
NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras.....	19
NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas	19
NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.....	19
NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	20
NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado.....	20
NOTA 24 – Remuneração dos Administradores e Empregados.....	20
NOTA 25 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde	20
NOTA 26 – Entidade Fechada de Previdência Privada	21
NOTA 27 – Projetos e Atividades Operacionais	21
NOTA 28 – Informações Complementares	24

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício 2022

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

Foi criada pela Lei nº 6.088/1974 e tem sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas estabelecidas na sua Lei de criação. É ainda, regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis. Seu prazo de duração é indeterminado.

Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Também visa a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Desta forma, cumpre sua função social que é o desenvolvimento das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável e contribui para a redução das desigualdades regionais.

Projetos e Atividades operacionais

As ações executadas pela Codevasf estão integralmente alinhadas aos programas, objetivos e metas do Plano Plurianual - PPA do Governo Federal, isto é, estão em acordo com a execução das políticas de desenvolvimento regional. As principais linhas de negócios da Empresa, para realização das políticas são: Segurança Hídrica, Desenvolvimento Territorial e Agricultura Irrigada.

- **Segurança Hídrica:** Foram aplicados R\$ 304 milhões em sistemas de abastecimento de água - SAA, barragens, poços, cisternas, R\$ 89 milhões em sistemas de esgotamento sanitário e R\$ 43 milhões em ações de recuperação hidro ambiental e mais de R\$ 200 milhões para operação e manutenção do Projeto de Integração do São Francisco - PISF, totalizando investimentos de R\$ 504 milhões. Destacam-se a conclusão de 471 poços tubulares e barreiros/aguadas para consumo humano e animal.
- **Desenvolvimento Territorial:** Foram aplicados R\$ 1,8 bilhão em obras de infraestrutura de produção, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como com a pavimentação de vias, sendo que desse total, R\$ 1,06 bilhão foram investidos em máquinas, equipamentos e veículos para apoio a produção e ao transporte, e, destes, R\$ 311 milhões foram investidos em máquinas pesadas. Foram investidos, ainda, R\$ 727 milhões em obras de pavimentação de vias urbanas e rurais.
- **Agricultura Irrigada:** Foram aplicados R\$ 124 milhões em operação e manutenção de projetos públicos de irrigação, sobretudo a cobertura de despesas de energia elétrica para projetos sociais geridos pela Codevasf e os do Sistema Itaparica. Além disso, foram realizados investimentos na implantação de novas infraestruturas de irrigação e para recuperação de projetos em operação.

Concluindo, ressalta-se o cumprimento da obrigação constitucional de aplicar 20% dos recursos de irrigação na região Centro-Oeste.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada;
- b) As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa;
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Extramercado e Limite de Saque da Conta Única;
- d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;
- e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;
- f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;
- g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais destinados a fins administrativos), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;
- h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- i) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência;
- j) As Perdas Estimadas de Valores a Receber são calculadas considerando a Tarifa D'água-K1 e a Titulação de Terras;
- k) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de *software* é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear;
- l) Face a empresa ser estatal dependente do Tesouro Nacional e, em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, e considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada no Siafi, ressalta-se que não há divergência entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.

BALANÇO PATRIMONIAL**NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	86.021.619,07	40.350.733,95
Demais Bancos	0,16	62.679,76
Fundo de Aplicação Financeira	51.322.062,82	51.333.349,47
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	64.062.523,05	89.097.400,80
Total	201.406.205,10	180.844.163,98

a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados: são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN se encarrega da metodologia de aplicação.

b) Demais Bancos trata de saldo do Banco Bradesco que se destina à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Projeto de Integração do São Francisco – PISF.

c) Fundo de Aplicação Financeira apresenta saldo das contas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, ambas pertencentes ao PISF, por força da exigência de legislação específica para atuação no mercado livre de aquisição de energia elétrica.

A Codevasf foi designada como operadora oficial do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, a partir de 14 de março de 2014, pelo Decreto nº 8.207/2014. A abertura de conta corrente no Banco Bradesco, excepcionalmente autorizada pela STN, deve-se ao fato de a Codevasf aderir ao mercado livre de aquisição de energia elétrica. Essa é uma condição obrigatória aos participantes desse mercado.

Em função da sistemática de créditos efetuados pela CCEE em favor da Codevasf, a conta bancária de investimentos mantida no Banco Bradesco possui, na data de 31/12/2022, o saldo de R\$ 187.599.916,76 (cento e oitenta e sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos). Desse montante, R\$ 49.948.528,07 (quarenta e nove milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e sete centavos) foi contabilizado como Fundo de Aplicação Financeira. A conta de investimento mantida junto ao Banco do Brasil possui, na data de 31/12/2022, o saldo de R\$ 1.484.159,38 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos). Desse montante, R\$ 1.373.534,75 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos) foi contabilizado como Fundo de Aplicação Financeira. A diferença de ambas é controlada por meio de conciliação bancária.

Na qualidade de empresa pública, a compra de energia se dá mediante processo licitatório, utilizando os serviços de uma empresa comercializadora enquanto a venda do excedente adquirido se dá com utilização de leilão realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); No entanto, a partir de 2023, as aquisições de energia serão por meio formalização de contrato entre a CHESF e Codevasf, decorrente da Lei nº 14.182, de 12 de Julho de 2021 – desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás).

Houve, neste período, autorização para rescisão amigável do contrato com a empresa Notaro Alimentos LTDA, cujo objeto era o fornecimento de energia elétrica do tipo convencional, no período de abril/2022 a março/2024, considerando que, com a desestatização da Eletrobrás (Lei 14.182/2021), a energia comercializada seria praticamente 1/3 do valor contratado pela Codevasf com a empresa supramencionada por MWh.

O Art. 6º parágrafo 6º da Lei nº 14.182/2022 define que:

“Em adição ao aporte especificado no caput deste artigo, as concessionárias de geração de energia elétrica localizadas nas bacias do Rio São Francisco, cujos contratos de concessão sejam afetados por esta Lei, deverão disponibilizar energia elétrica em um montante anual de 85 MWmed (oitenta e cinco megawatts médios), pelo prazo de 20 (vinte) anos, a partir da data de publicação desta Lei, pelo preço de R\$ 80,00/MWh (oitenta reais por megawatt-hora), a ser corrigido pelo IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, por meio de contrato específico diretamente ao Operador Federal das instalações do PISF.”;

Em dezembro, a Codevasf enviou ofício e recebeu resposta da ANEEL sobre a necessidade da manutenção da conta corrente, conforme regras de atuação no mercado de energia.

O assunto está sendo acompanhado pela Presidência da Codevasf com a área administrativa – Gerências de Finanças e de Contabilidade e área técnica – Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco – PISF e será abordado em instâncias superiores junto ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e demais órgãos e unidades envolvidas, a fim de garantir a segurança das operações e permanência no mercado livre de energia elétrica.

d) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.: são os recursos do Tesouro, tanto para pagamentos a fornecedores diversos, quanto os que a Codevasf arrecada e repassa.

NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K-1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Faturas/Duplicatas a receber	77.453.496,41	77.371.410,71
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	(12.430.469,86)	(14.861.757,96)
Total	65.023.026,55	62.509.652,75

a) Faturas a receber: O faturamento dos títulos a receber decorrentes da Tarifa D'água K1, tem como base o que estabelece o inciso III do art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, além dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de Tarifa D'água K1 pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020 e Resolução da Codevasf nº 895/2021.

Tabela 2.1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo: Faturas, da tabela 2

Descrição	31-dez-2022
(-) Recebimentos	-9.610.178,33
(+) Faturamento Tarifa D'Água	7.832.206,60
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	1.860.057,43
(=) Líquido	82.085,70

b) Ajuste para Perdas Estimadas: a metodologia de apuração de perdas estimadas ocorreu com base no Pronunciamento CPC 48. Contempla, com base no relatório de inadimplência, do sistema da Gerência de Finanças, os títulos em atraso nos últimos 05 (cinco) anos, referentes a pessoas jurídicas e físicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.

NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar, Depósitos Restituíveis, Outros Créditos a Receber, Almojarifado e Despesas Antecipadas, além de Perdas Estimadas para Titulação de Terras.

As tabelas 03 a 07 apresentam a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R\$ 84.585.335,23 (oitenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte e três centavos). O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de suprimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipado	2.190.009,96	1.807.181,59
Total	2.190.009,96	1.807.181,59

Salários e ordenados referem-se ao valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 (oito) parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST).

5.2 Tributos a recuperar / Compensar

Todos os valores listados estão em processo de restituição, via Perd/Comp (Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. A redução dos valores decorre dos deferimentos ocorridos no período.

Tabela 4 – Tributos a Recuperar / Compensar

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
IRRF a Compensar	2.846.786,67	4.205.914,86
COFINS a Recuperar / Compensar	0,00	4.530,36
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	76,44	981,78
IR E CSLL a Recuperar / Compensar	235,35	7.624,61
Total	2.847.098,46	4.219.051,61

5.3 Outros Créditos a Receber

Tabela 5 – Outros Créditos a Receber

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Créditos por Danos ao Patrimônio	766,91	0,00
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	443.521,95	385.370,20
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	12.138.960,90	9.365.465,16

Créditos a Receber Por Reembolso Salário Maternidade PG	59.319,94	0,00
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	151.412,79	45.530,78
Títulos a receber	69.943.518,58	79.905.708,28
<i>Titulação de Terras</i>	<i>66.117.026,02</i>	<i>78.590.072,41</i>
<i>Outros Valores a Receber</i>	<i>3.826.492,56</i>	<i>1.315.635,87</i>
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	-7.163.464,67	-12.152.842,01
Devedores por Transferências Voluntárias	65.481,68	821.010,99
Termo Execução Descentralizada (concedidos)	3.123.542,23	21.582.210,59
Remuneração da Conta Única a Receber	239.158,19	107.155,93
Total	79.002.218,50	100.059.609,92

a) Títulos a receber: compreende valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) e Outros Valores a Receber com multas contratuais decorrentes de notas de débitos e outros valores administrativos.

Tabela 5.1 – Movimentação Títulos a Receber, da tabela 5

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Saldo	79.905.708,28	77.738.302,82
(+) Reclassificação LP p/ CP	4.355.411,92	2.314.515,45
(-) Recebimentos	-35.196.947,32	-6.204.931,34
(+) Faturamento Titulação	23.327.623,66	6.066.095,85
(+) Baixa por Renegociação	-5.318.452,43	0,00
(+/-) Notas de Débitos	2.870.174,47	-8.274,50
(=) Líquido	69.943.518,58	79.905.708,28

b) Ajustes para perdas: o cálculo contempla os títulos em atraso nos últimos 05 (cinco) anos, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano. A redução no período se deu em razão de não reversão da provisão no 2º trimestre de 2022.

c) Devedores por Transferências Voluntárias – Diversas entidades: valores a receber apurados em Tomadas de Contas Especiais – TCE, decorrentes de transferências voluntárias (convênios e termos de compromissos).

d) Termo de Execução Descentralizada – TED (concedidos): A redução do saldo da conta decorre de aprovação de prestações de contas apresentadas no período.

e) Remuneração da Conta Única a Receber: trata-se de direito a receber, apropriado pelo regime de competência, referente à remuneração dos recursos da Codevasf, aplicados via Conta Única do Tesouro. O saldo do período decorre do registro de R\$ 239.158,19 (duzentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e dezenove centavos) aplicados por meio da Conta Única do Tesouro Nacional, correspondente ao terceiro decêndio de dezembro de 2022.

5.4 Estoques de Almoxarifado:

Tabela 6 – Almoxarifado

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Materiais de Consumo	432.930,30	462.882,73
Total	432.930,30	462.882,73

5.5 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas referentes a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar, contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 7 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Assinaturas e anuidades a apropriar	21.834,31	6.713,41
Prêmios de seguros a apropriar	91.243,70	82.819,84
Tributos pagos a apropriar	0,00	11.268,26
Total	113.078,01	100.801,51

NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

6.1 Faturas / Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 8 – Faturas/Duplicatas

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Clientes	5.767.023,60	1.773.164,56
Total	5.767.023,60	1.773.164,56

6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 9 – Demais Créditos e Valores

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Créditos por Dano ao Patrimônio de Créditos Administrativos	64.583,84	64.583,84
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	39.838.318,92	39.602.259,28
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	-39.902.902,76	-39.666.843,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	35.300.192,37	31.303.783,02
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	81.095.692,02	23.278.589,64
Total	116.395.884,39	54.582.372,66

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, que neste caso devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na justiça cível e na trabalhista. Para a justiça do trabalho há ainda os depósitos para interposição de recursos.

c) Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo: trata-se de títulos a receber das Unidades Parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos. O aumento na conta em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na tabela 9.1, decorre da apropriação do faturamento de venda de lotes familiares do Projeto Público de Irrigação Pontal ocorrido no 2º trimestre de 2022, bem como, do término do prazo estabelecido para renegociação de débitos (31/12/2022).

Tabela 9.1 – Movimentação Outros Créditos e Valores, da Tabela 9

Descrição	31-dez-22
(-) Reclassificação LP p/ CP	-3.487.088,15
(-) Recebimentos	-833.534,59
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação	62.137.725,12
(=) Líquido	57.817.102,38

6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 10 – Títulos Públicos – Letras Especiais

Vencimento	NTN-P	
	31-dez-22	31-dez-21
2030	93.769,26	87.055,86
Total	93.769,26	87.055,86

NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo Método de Custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciarão nos resultados da Companhia ao final do exercício.

Tabela 11 – Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487,27
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.092,77
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.937,88
Companhia Agrícola de Sergipe - COMASE	104.443,51
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675,53
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.415,79
Agro Indústrias do Vale do São Francisco	977.961,89
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029,19
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraima	44.103,95
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Estreito	2.000,00
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	251.301,89
Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba I	3.547,82
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	241,01
Total	2.489.238,50

NOTA 8 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão.

A depreciação é calculada pelo método linear, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício.

Para utilizar as atuais taxas de depreciação, a Codevasf leva em consideração o custo/benefício. O custo com o controle será maior que o benefício trazido pela não adoção da atual tabela, isto é, o custo para implementar uma nova tabela de depreciação e de vida útil econômica estimada é mais oneroso.

Após os lançamentos de correção a serem detalhados a seguir, temos os seguintes valores para o ativo imobilizado:

Tabela 12 – Imobilizado

Imobilizado	31-dez-2021	Adições	Baixas	31-dez-22	AH%
Bens Móveis	627.382.138,43	1.429.625.202,36	-1.122.362.229,82	934.645.110,97	48,98
Total de Bens Móveis (1)	627.382.138,43	1.429.625.202,36	-1.122.362.229,82	934.645.110,97	48,98
Bens Imóveis	38.854.889,50	241,18	-12.569,54	38.842.561,14	-0,03
<i>Obras em Andamentos</i>	<i>2.345.207.699,30</i>	<i>1.065.262.309,94</i>	<i>-2.056.138.914,85</i>	<i>1.354.331.094,39</i>	<i>-42,25</i>
<i>Estudos e Projetos</i>	<i>126.819.181,91</i>	<i>70.143.215,03</i>	<i>-157.779.221,57</i>	<i>39.183.175,37</i>	<i>-69,10</i>
<i>Instalações</i>	<i>260.316.553,15</i>	<i>15.082.510,54</i>	<i>-228.992.512,40</i>	<i>46.406.551,29</i>	<i>-82,17</i>
Total de Bens Imóveis (2)	2.771.198.323,86	1.150.488.276,69	-2.442.923.218,36	1.478.763.382,19	-46,64
Depreciação Bens Móveis	-87.566.897,39	-107.659.036,70	70.257.331,97	-124.968.602,12	42,71
Depreciação Imóveis	-23.266.215,77	-610.335,51	0,00	-23.876.551,28	2,62
Total Depreciação (3)	-110.833.113,16	-108.269.372,21	70.257.331,97	-148.845.153,40	34,30
Total Imobilizado (4) = 1+2+3	3.287.747.349,13	2.471.844.106,84	-3.495.028.116,21	2.264.563.339,76	-31,12

NOTA 8.1 – Bens Imóveis em Andamento

A fim de solucionar a ressalva da Auditoria Independente no apontamento sobre as demonstrações contábeis de 2021, no exercício de 2022, a Codevasf fez um levantamento dos valores contidos nas contas para identificar a existência e fidedignidade da composição de Bens Imóveis em Andamento. Devido a quantidade de registros, foi constituído pela presidência da Empresa, um grupo de trabalho em maio/2022, envolvendo as diretorias técnicas para identificação detalhada dos valores. Na apuração dos dados foram identificadas outras despesas que não compunham diretamente o custo de execução de obras.

Os valores nas contas Bens Imóveis em Andamento foram acumulados em razão do roteiro de contabilização pré-definido no Sistema de Integrado de Administração Financeira – SIAFI (a contabilidade de empresa estatal dependente deve ser executada no SIAFI) de modo que a situação disponibilizada para contabilização de despesa de investimento gera, obrigatoriamente, o registro do ativo imobilizado.

O relatório final do referido grupo foi apresentado em novembro/2022 e submetido avaliação do presidente da Empresa e, em seguida, aprovado pela Diretoria Executiva resultando em resolução interna e sugestão de procedimentos para correção das contas, além de valores a serem baixados para apresentação de dados consolidados.

Dos valores baixados, mais de R\$ 600 milhões se referiam à energia do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF. A contabilidade da Codevasf demandou, por intermédio da sua setorial contábil, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que ratificou que por se tratar de despesas de operação e manutenção, repassadas através de Termo de Execução Descentralizada, não deveriam permanecer no ativo e conseqüentemente deveriam ser baixadas pela Codevasf.

Outra parte considerável se referia às despesas administrativas, tais como, segurança, vigilância, combustível, entre outras. Não eram, na essência, despesas de investimento que resultariam em construção de um ativo e, no entanto, foram empenhadas com natureza de despesas de capital por restrições orçamentárias e, dessa forma, foram registradas nas contas do ativo imobilizado pelo roteiro de contabilização mencionado anteriormente.

Todos os lançamentos de ajuste efetuados em 2022 geraram reflexos que podem ser visualizados nas Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre, tais como a redução substancial da conta de bens imóveis (Tabela 12), além de aumento significativo de outras despesas (Nota17) relacionado às baixas de despesas apropriadas no ano de 2022. A rubrica de ajustes de exercícios anteriores demonstra o montante de lançamentos efetuados para correção dos valores registrados até o ano de 2021, na ordem de 1,6 bilhão, cujos valores não foram passíveis de serem mensurados por ano. Por fim, tais lançamentos resultaram na inversão do Patrimônio Líquido, considerando a soma do prejuízo acumulado mais os ajustes de exercícios anteriores e o prejuízo do exercício.

O relatório apontou ainda procedimentos necessários a serem observados a partir de 2023 para o controle das contas, de maneira que estas contenham apenas valores correlacionados às rubricas. Procedimentos citados envolvem baixa imediata após conclusão de obra, seja pela doação, seja pela transferência ao patrimônio da Codevasf; reclassificação de bens concluídos pertencentes à Codevasf; baixa de despesas de custeio ativadas pelo roteiro pré-definido de contabilização; adequação de documentos encaminhados para os registros contábeis; ajustes no Sistema de Gestão de Contatos e Convênios – SIGEC (sistema interno com objetivo de gerir, administrativamente, os instrumentos celebrados pela Empresa) para viabilizar comparação de dados com SIAFI; autorização para regularização imediata por parte das contabilidades como procedimento padrão a ser adotado; além da padronização da conciliação das contas mensalmente por todas as unidades contábeis, com controle dos registros e saldo final.

Em observância à NBC TG 23 - POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO, item 50, as Demonstrações Financeiras não estão sendo reapresentadas de forma retrospectiva, pois devido à impossibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados a cada exercício, dessa forma, caso fossem reapresentadas não estariam apresentando informações fidedignas.

Ressaltamos que o levantamento dos dados e detalhamento das informações foram efetuados durante o exercício de 2022 e por este motivo, os ajustes estão contabilizados neste exercício, conforme apresentado nas demonstrações contábeis do 4º trimestre de 2022, sendo que os efeitos para os exercícios anteriores são destacados pela rubrica Ajuste de Exercício Anteriores.

NOTA 8.2 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial

Tabela 13 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial

Item	Descrição	SIAMP	SIAFI	31-dez-22
1	Máquinas e Equipamentos Industriais - 4ª SR	10.602.682,11	10.501.482,11	101.200,00
2	Maquinas e Utensílios Agropecuários - 1ª e 4ª SR	484.404.959,32	484.372.559,31	32.400,01
3	Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos - 4ª SR	33.949.033,17	33.867.783,17	81.250,00
4	Veículos Tração Mecânica - 4ª SR	323.788.552,42	323.508.642,43	279.909,93
5	Outros Bens Imóveis não Registrados- SPIUNET - 4ªSR	588.548,81	575.228,81	13.320,00
6	Instalações - Sede	51.822,54	-	51.822,54
TOTAL				559.902,48

Tabela 13.1 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial - Depreciação

Item	Descrição	SIAMP	SIAFI	31-dez-22
1	Depreciação Acumulada - Bens Móveis	23.778.104,35	23.809.484,47	-31.380,12
2	Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	27.081.369,91	27.029.547,37	51.822,54
TOTAL				20.442,42

Os itens de 01 a 05 já foram regularizados e são contabilizações registradas no SIAFI no mês de janeiro/2023 enquanto o cadastro no sistema de patrimônio se deu em dezembro/2022.

O item 06 e a depreciação correspondente se refere à conta de Instalações da Sede - 123210700 - no valor de R\$ 51.822,54 (cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos), que foi baixado do SIAFI devido as informações do relatório grupo de trabalho detalhado anteriormente. Será regularizado no sistema de patrimônio em janeiro/2023.

NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de Amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Tabela 14 – Intangível

Descrição	31-dez-21	Adições	Baixas	31-dez-22
Software com Vida Útil Definida	2.799.842,84	1.290.042,59	-136.941,64	3.952.943,79
Software com Vida Útil Indefinida	3.821.324,91	828.160,86	-143.270,92	4.506.214,85
Software em Fase de Desenvolvimento	0,00	285.606,11	-1.551,62	284.054,49
Amortização Acumulada	-1.782.036,48	6.546,96	-667.177,45	-2.442.666,97
Total	4.839.131,27	2.410.356,52	-948.941,63	6.300.546,16

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Salários a pagar: folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 14 e 15, a seguir:

Tabela 15 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Salários, Remunerações e Benefícios	23.038.187,04	19.805.487,16
Entidade de Previdência	9.021.313,74	8.512.726,17
Férias a pagar	31.479.895,57	26.878.314,15
FGTS	3.278.546,86	2.150.194,92

INSS	8.714.425,38	12.264.747,27
Total Obrigações Trabalhistas	75.532.368,59	69.611.469,67

a) INSS e FGTS: os saldos referem-se basicamente a provisão dos encargos sobre férias, tendo em vista os recolhimentos dos encargos terem ocorrido dentro do exercício.

Tabela 16 – Entidade de Previdência

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Entidade de Previdência Complementar	8.327.366,53	7.857.901,08
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	693.947,21	654.825,09
Total	9.021.313,74	8.512.726,17

b) Entidade de Previdência Complementar: Trata-se do valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

A tabela 17 apresenta relação com os maiores fornecedores. Os dados estão relacionados por ordem decrescente de valor a pagar. O aumento do trimestre aconteceu pela redução de repasse de recursos da União para pagamento das despesas liquidadas.

Tabela 17 – Fornecedores 2022

Seq.	Descrição	31-dez-22
1	XCMG Brasil Industrial Ltda	38.036.858,47
2	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 10.000.000,00 e R\$ 15.000.000,00	44.886.677,86
3	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 5.000.000,00 e R\$ 10.000.000,00	20.220.098,09
4	Fornecedores a pagar: valores até R\$ 5.000.000,00	116.420.266,05
Total		219.563.900,47

Tabela 17.1 – Fornecedores a Pagar

Descrição	31-dez-22	30-set-22
Fornecedores a pagar	219.563.900,47	146.934.596,50
Total	219.563.900,47	146.934.596,50

NOTA 12 – Demais Obrigações

As tabelas 18 e 19 apresentam a composição de Demais Obrigações, totalizando R\$ 3.569.965.303,11 (três bilhões, quinhentos e sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e três reais e onze centavos).

Tabela 18 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Transferências Discricionárias a Pagar	206.252.828,68	116.815.174,51
Diárias a pagar	17.227,68	53.251,19
Incentivos a Educação, Cultura e outros	0,00	27.050,00
Indenizações, Restituições e Compensações	15.194,86	14.904,00
Transferências Financeiras a Comprovar - TED (recebidos)	3.340.308.365,29	2.931.190.074,78
Taxas	58.270,98	0,00
Total	3.546.651.887,49	3.048.100.454,48

a) Transferências Discricionárias a Pagar – Registra as transferências voluntárias (Convênios e Instrumentos congêneres). É composta de recursos a repassar a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

b) Transferências Financeiras a Comprovar – Termos de Execução Descentralizada (TED): São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador. Nesta situação, a Codevasf figura como órgão recebedor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida, e sim, a obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador.

Dos valores recebidos de TED, a Codevasf já encaminhou prestações de contas de instrumentos na ordem de R\$ 1,5 bilhão. Aguardamos à análise e os efetivos registros contábeis pelos órgãos concedentes visando reduzir os valores dessa rubrica.

Tabela 19 – Valores Restituíveis

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Retenção Previdenciária - FRGPS	3.650.961,27	3.210.492,71
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	26.454,53	0,00
Indenizações e Restituições Devidas ao Tesouro	197.880,77	0,00
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	11.320.358,00	3.010.823,30
ISS	2.549.763,69	557.536,18
Pensão Alimentícia	259.850,51	238.710,98
Retenções	5.150.365,47	4.608.616,42
Outros Consignatários	14.220,29	11.182,84
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	143.561,09	143.561,09
Depósitos de Terceiros	0,00	31.518,53
Total	23.313.415,62	11.812.442,05

I) Retenção Previdenciária – FRGPS: refere-se à retenção do encargo previdenciário – INSS. Os valores em aberto tratam da retenção do encargo sobre notas fiscais de prestadores de serviços.

II) Impostos e contribuições devidas ao Tesouro: elevação significativa, em razão do aumento de aquisições e contratações de serviços prestados à Codevasf, para a execução das ações de desenvolvimento regional.

III) ISS: imposto retido incidente sobre os serviços prestados à Codevasf para a execução das ações de desenvolvimento regional.

IV) Retenções – Consignações: são valores retidos da folha de pessoal, referentes a empréstimos consignados junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social, ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e demais Bancos.

V) Outros Consignatários: referem-se às retenções incidentes sobre folha de pagamentos e rescisão de contrato de trabalho, decorrentes da participação dos empregados nas despesas com vale-cultura, auxílio-alimentação, vale-transporte.

NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

13.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco de Seguridade Social. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 57 parcelas.

13.2 Obrigações Fiscais

Compreende a obrigação da empresa relativa ao PIS/PASEP sobre faturamento referente a intimação nº 455/99, da Secretária da Receita Federal do Brasil, que se encontra na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – com processo sob nº 10166.014511/96-95 PIS/PASEP, estando a inscrição com exigibilidade de crédito suspensa.

13.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das provisões para contingência passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foram realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf. Os riscos cuja materialização seja provável de se realizar são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em Notas Explicativas.

Tabela 20 – Riscos de Passivos Contingentes

Descrição	31-dez-21	Adições	Baixas	31-dez-22
Trabalhista	1.430.099,52	6.480.603,69	0,00	7.910.703,21
Cíveis	103.509.838,80	57.662.900,71	319.789,78	160.852.949,73
Tributárias	0,00	133.167,91	133.167,91	0,00
Total Riscos Prováveis	104.939.938,32	64.276.672,31	319.789,78	168.763.652,94
Trabalhista	33.854.801,60	27.824.491,45	-28.323.582,08	33.355.710,97
Cíveis	245.553.703,26	223.924.707,97	-44.364.289,69	425.114.121,54
Tributárias	3.203.817,59	18.546.448,86	-829.789,41	20.920.477,04
Total Riscos Possíveis	282.612.322,45	270.295.648,28	-73.517.661,18	479.390.309,55

NOTA 14 – Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social: o capital social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 4.294.750.463,70 (quatro bilhões, duzentos e noventa e quatro milhões, setecentos e cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta centavos), representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal¹.

No exercício de 2022, conforme demonstrado nas notas explicativas do ativo imobilizado, especificamente referente aos reflexos dos registros de baixa das contas de Bens Imóveis em Andamento (Nota 8.1), o volume de valores baixados ocasionou a inversão do patrimônio líquido.

¹Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

O aumento do Capital Social, com recursos recebidos no exercício de 2020 e 2021 a título de AFAC, ocorreu após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – A.G.O da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional –PGFN, realizada em 13 de abril de 2022, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 21 – Capitalização AFAC 2022

Capital Social Integralizado 2021	3.567.791.632,84
(+) Saldo Residual Correção Selic – AFAC 2015	101.661,07
(+) Capitalização Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2020	312.842.828,29
(+) Capitalização Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2021	414.014.341,50
(=) Capital Social Integralizado 2022	4.294.750.463,70

14.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

No ano de 2022, até o 4º trimestre, foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R\$1.259.509.823,40 (um bilhão, duzentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e vinte e três reais e quarenta centavos). Esse montante poderá ser incorporado ao Capital Social após aprovação da Assembleia Geral Ordinária da PGFN, a ser realizada em abril/2023.

14.3 Reservas

Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 1.975,68 (mil, novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) em virtude da realização da reserva, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

“Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.

14.4 Prejuízos Acumulados

Composição da rubrica Prejuízos Acumulados também refletem os valores referentes aos ajustes efetuados pelos lançamentos nas contas de bens imóveis em andamento (Nota 8.1).

Tabela 22 – Prejuízos Acumulados

Prejuízo Acumulado até 2021	-3.917.041.602,54
(+) Prejuízo do Exercício 2022	-1.312.949.352,10
(+) Ajuste de Exercício Anteriores 2022	-1.638.506.305,82
(-) Reversão de Reavaliação 2022	1.975,68
(=) Prejuízos Acumulados 4º Trimestre de 2022	-6.868.495.284,78

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 15 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa D'Água, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber. O faturamento apresentado em 2022 refere-se aos registros de faturamento/cobrança dos diversos perímetros sobre Tarifa D'Água K1 e Titulação de Terras.

NOTA 16 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf. Na comparação com o exercício anterior, observa-se aumento em torno de 10,41%.

NOTA 17 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme tabela abaixo:

Tabela 23 – Grupo de Outras Despesas

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	504.752.561,96	324.427.292,48
Ajuste para Perdas em Clientes	9.845.886,45	13.818.957,88
Desincorporação de Ativos	543.573.509,80	4.720.657,76
Incentivos à Cultura (vale cultura)	311.150,00	325.050,00
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	6.480.603,69	6.401.392,32
VPD - Provisões de Riscos Fiscais	133.167,91	0,00
VPD - Provisões de Riscos Cíveis	57.662.900,71	22.391.387,60
Multas Administrativas	0,00	1.610,84
Restituições	179.948,10	128.806,71
Indenizações	0,00	3.348,81
Total	1.122.939.728,62	372.218.504,40

O incremento do saldo de Outras Despesas foi influenciado pelas Transferências Voluntárias (Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar e Transferências Discricionárias a Pagar), Desincorporação de Ativos e Provisões de Riscos.

a) Transferências Voluntárias: o aumento se deve ao repasse de recursos aos Convenientes e Compromitentes, relativos a Convênios e Termos de Compromissos firmados.

b) Desincorporação de Ativos: destaque para as baixas decorrentes do Relatório do Grupo de Trabalho sobre a composição das Contas Bens Imóveis em Andamento (Nota 8.1).

c) Provisões de Riscos: registro das contingências trabalhistas, fiscais e cíveis, conforme estimativas calculadas pela Assessoria Jurídica (Nota 13.3).

NOTA 18 – Outras Receitas

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Tabela 24 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Transferências Voluntárias	0,00	57.423,12
Doações/Transferências Recebidas Consolidação	11.734.446,87	167.256,26
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	198.569,63	1.622.283,63
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	177.520.388,85	43.743.478,58
Dividendos	877.191,00	630.620,76
Reversão de Provisões	452.957,69	122.742.719,86
Reversão Ajuste para Perdas	17.030.492,25	11.499.306,13
Multas Administrativas	455.662,19	32.904,39
Outras	1.124.105,92	8.295.226,48
Total	209.393.814,40	188.791.219,21

a) Ganhos com Desincorporação de Passivo: houve a análise e registro das prestações de contas dos TED's recebidos – apresentadas pela Codevasf – no montante de R\$ 117 milhões, junto aos órgãos repassadores dos recursos.

NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras**19.1 Despesas Financeiras**

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 25 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Atualização Monetária - Demais passivos	3.852.540,91	5.779.450,09
Outras Despesas Financeiras	6.266.943,10	1.296.221,05
Total	10.119.484,01	7.075.671,14

a) Atualização Monetária – Demais Passivos: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social.

b) Outras Despesas Financeiras: composta, quase em sua totalidade, pelos descontos concedidos através da Lei nº13.340/2016 alterada pela Lei nº14.275/2021, que autorizou a liquidação das dívidas de irrigantes pessoas físicas, referentes à venda de lotes para titulação e à tarifa de uso ou amortização das infraestruturas de irrigação de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação (Tarifa K1).

19.2 Receitas Financeiras

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas de juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações prefixadas.

Tabela 26 – Grupo de Receitas Financeiras

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Remuneração de Aplicação Financeira	5.030.349,24	3.395.020,75
Outras Receitas Financeiras	1.608.787,16	870.487,96
Total	6.639.136,40	4.265.508,71

NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas**20.1 Subvenções de Custeio**

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

20.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representa os valores referentes às receitas e despesas decorrentes da Alienação/Doação de bens.

NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No exercício destaque para o aumento de Capital ocorrido no 2º trimestre/2022, os recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos (nota 14.2) e os ajustes de exercícios anteriores decorrentes da baixa proveniente dos levantamentos auferidos pelo Grupo de Trabalho referente as Obras em Andamento (Nota 8.1).

NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: são basicamente derivados das principais atividades da Codevasf, com destaque para:

- a) Ajustes de Exercício Anteriores: referem-se aos registros de baixa das contas do de bens imóveis em andamento do ativo imobilizado (Nota 8.1).
- b) Depreciação e amortização: aumento se deve à aquisição de bens móveis, para apoio a projetos de Desenvolvimento Sustentável Nacional.
- c) Outros Débitos (riscos fiscais): por se tratar de provisões de riscos trabalhistas e cíveis, não afeta diretamente o Caixa da Empresa.
- d) Fornecedores: o aumento decorre da aquisição de máquinas, equipamentos agrícolas destinados ao atendimento de diversos municípios e comunidades rurais no âmbito da área de atuação da Codevasf.

NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

NOTA 24 – Remuneração dos Administradores e Empregados

Tabela 27 – Remuneração e Salário médio

Remuneração/Salário	Administradores	Empregados	Diretores/Empregados
Maior remuneração	33.047,43	39.293,23	0,00
Menor remuneração	3.304,74	2.301,74	0,00
Média remuneração	18.176,08	20.797,48	0,00
Salário médio	0,00	0,00	10.876,70

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

NOTA 25 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, 14 de dezembro de 1999.

O Programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. O valor recebido dos empregados, no 4º trimestre, foi de R\$ 4.954.969,15 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e quinze centavos).

Fonte: Caixa de Assistência à Saúde dos Empregado da Codevasf – CASEC

NOTA 26 – Entidade Fechada de Previdência Privada

A CODEVASF é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar, de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. São administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamento.

No 4º trimestre de 2022, o repasse a título de contribuições mensais efetuadas para a FSFSS foi de R\$ 5.496.052,99 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos) da participação dos empregados e de R\$ 6.945.299,51 (seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos) da participação da Codevasf. Em relação ao saldamento, o valor repassado à Fundação no trimestre foi de R\$ 2.073.353,60 (dois milhões, setenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), cujo saldo devedor, ao final do respectivo período, é de R\$ 32.427.419,38 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e dezenove reais e trinta e oito centavos) restando 51 parcelas.

Segue os montantes de recursos que foram repassados à Fundação São Francisco no ano de 2022.

Tabela 28 – Valores repassados à Fundação São Francisco em 2022

Participação da Codevasf	Participação dos Empregados	Saldamento (instrumento de dívida)	Saldo devedor - Saldamento	Parcelas restantes - Saldamento
6.945.299,51	5.496.052,99	8.315.774,62	32.427.419,38	51

Fonte: Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS

NOTA 27 – Projetos e Atividades Operacionais

A Codevasf é uma empresa pública orientada para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. Nos últimos anos, a sua área de atuação foi ampliada para novas bacias hidrográficas, chegando a 36,6% do território nacional, abrangendo 2.675 municípios em 15 Estados e o Distrito Federal.

São exemplos da promoção do desenvolvimento regional, os impactos gerados nas atividades produtivas dos projetos públicos de irrigação, os impactos na saúde devido a coleta e tratamento de esgoto sanitário, aumento da renda e emprego observados a partir da estruturação de atividades produtivas e o fortalecimento da agricultura familiar por meio da doação de máquinas e implementos agrícolas necessários à atividade rural.

Principais resultados por linhas de negócios da Codevasf em 2022:

I – Segurança Hídrica: em regiões onde a disponibilidade dos recursos hídricos é desigual ao longo do ano, torna-se relevante a presença do Estado para garantir o acesso a esse bem essencial que é a água. A escassez de água é fator agravante de desigualdade socioeconômica, as ações da Codevasf são a garantia de segurança hídrica para a população.

No ano de 2022, foram aportados R\$ 304 milhões em diversas ações orientadas para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na área de atuação da Codevasf, incluindo a implantação de

barragens, canais, adutoras, sistemas de abastecimento de água – SAA, poços tubulares, cisternas, aguadas e barreiros e diversas aquisições dos equipamentos e materiais para adequação ou expansão, abastecimento de água em comunidades difusas, além da operação do PISF (Transposição do Rio São Francisco).

Ressaltam-se as obras dos Sistema de Abastecimento de Água Canal do Sertão Alagoano, os projetos para implantação do Canal do Xingó/SE e do Sertão Baiano, implantação do Sistema Adutor do Seridó/RN e da barragem de Jequitaí/MG.

Tabela 29 – Obras e equipamentos para abastecimento de água - 2022

Grupo	Quantidade
Reservatórios	3.104
Cisternas	2.517
Poços tubulares	591
Aguadas e Barreiros	32
Sistemas de abastecimento de Água	4
Total	6.248

Nessa linha de negócios está situada a carteira de projetos de esgotamento sanitário da Codevasf, na qual foram investidos mais de R\$ 89 milhões na implantação ou adequações de sistemas de esgotamento sanitário², destacando-se a conclusão dos sistemas de Capitólio, Juvenília e Pedras de Maria da Cruz em Minas Gerais; Buíque, Santa Maria, Cedro e Granito em Pernambuco; Canindé de São Francisco, Japoatã e Pacatuba em Sergipe; e Brejo e Nova Iorque no estado do Maranhão.

Nas ações de recuperação hidro ambiental, foram empenhados R\$ 55,5 milhões em um conjunto de ações visando promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio da recuperação, preservação e conservação, que visem ao uso sustentável dos recursos naturais, à melhoria das condições socioambientais e à melhoria de disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

II – Desenvolvimento Territorial: a Codevasf desenvolve historicamente um trabalho continuado de apoio a produção rural nos municípios e nas comunidades em que atua, por meio da construção de unidades de produção e processamento, bem como na implantação de infraestruturas para comercialização e escoamento da produção das mais diversas modalidades produtivas, como agricultura, apicultura, aquicultura, ovinocaprinocultura, pecuária, bem como artesanato, costura, panificação, etc.

Nesse sentido, a Codevasf promove o fornecimento de máquinas e equipamentos para apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, tendo como principais beneficiários produtores rurais, associações, comerciantes locais, além de instituições de ensino e pesquisa, governos estaduais e municipais.

A mecanização da produção é um incentivo aos pequenos produtores e atua no estímulo de um ambiente favorável e à melhoria de vidas das famílias das comunidades beneficiárias. Trabalho que propicia, também, a fixação das famílias no meio rural.

² A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou que, para cada dólar investido em saneamento, há um retorno de US \$ 4,3 na forma de custos reduzidos de assistência médica para indivíduos e sociedade em todo o mundo (RELATÓRIO GLAAS 2014 DA ONU).

Somente no ano de 2022, foram aplicados mais de R\$ 1,8 bilhão em ações de Desenvolvimento Territorial, o maior valor dentre as linhas de negócios da Companhia, com obras de infraestrutura para produção, aquisição de máquinas e equipamentos, além da pavimentação de vias.

Ressalta-se que foram investidos R\$ 1,12 bilhão em máquinas e equipamentos, principalmente agrícolas, destinados ao apoio das atividades produtivas.

Tabela 30 - Máquinas e equipamentos para fortalecimento das atividades de inclusão de produtiva - 2022

Tipo	Quantidade
Tratores agrícolas	917
Caminhões e veículos	753
Implementos agrícolas	665
Estruturas de produção/comercialização	23
Total	2.358

Fonte: AE/GPE – Codevasf

Houve ainda a aquisição de 389 máquinas pesadas, as quais são destinadas principalmente para o fortalecimento da capacidade de atuação dos municípios na realização de obras e projetos que contribuam para a melhoria dos serviços públicos.

Tabela 31 - Quantidade de máquinas pesadas - 2022

Tipo	Quantidade
Pá carregadeira	137
Retroescavadeira	105
Motoniveladora	93
Escavadeira hidráulica	43
Rolo compactador	8
Empilhadeira	3
Total	389

Fonte: AE/GPE – Codevasf

Além das máquinas e equipamentos, foram adquiridos mais de 7.300 itens para apoio às atividades produtivas, tais como kits de costura, apicultura, agrícolas, corte e costura, kits de irrigação, tubulações, entre outros.

Por fim, em 2022, foram realizadas centenas de obras de construção e recuperação de vias urbanas rurais, por meio da pavimentação asfáltica, instalação de blocos Intertravados de concreto, revestimento primário e recuperação de estradas vicinais, obras importantes ocorridas em todos estados de atuação da Codevasf e viabilizadas principalmente por meio de investimentos realizados com emendas parlamentares.

III – Agricultura Irrigada: Em 2022, houve aumento de 11% do valor investido em Irrigação pela Codevasf em relação ao ano anterior. Foram aplicados R\$ 123,5 milhões em implantação e reabilitação de projetos, além das ações de gestão, operação e manutenção de projetos públicos da Codevasf, destaque para cobertura das despesas com energia elétrica dos projetos sociais do Sistema Itaparica.

Nessa linha de negócios, a Codevasf como parte do Orçamento Geral da União e com área de atuação abrangendo a região centro-oeste, cumpriu o Art. 42/ADCT da Constituição Federal, o qual preconiza que deve ser direcionado a essa região 20% (vinte por cento) do total aplicado em irrigação.

Destacou-se, em 2022, a realização do leilão do maior projeto de irrigação da América Latina, com uma área irrigada total prevista de 48.000 hectares, que é o projeto de Irrigação Baixio do Irecê/BA, etapas 3 a 9, que foi arrematado por mais de R\$ 83 milhões. O fundo vencedor do leilão deve investir R\$ 1,1 bilhão nos próximos 35 anos, com a previsão de beneficiar 250 mil pessoas e gerar 180 mil empregos.

NOTA 28 – Informações Complementares

28.1 – Políticas de Partes Relacionadas

A Codevasf aprovou sua Política de Transação com Partes Relacionadas, por meio da Deliberação da Diretoria Executiva em dezembro de 2021. A empresa constituiu grupo de trabalho para elaborar o Plano de Operacionalização para aplicação e acompanhamento da política. A referida proposta possui sugestões de questionários, de consolidação de banco de dados, aquisição de software e relatórios analíticos. No entanto, dado a natureza transversal do tema à proposta está passando por análise das áreas envolvidas antes de ser implementado.

28.2 – Planos de Previdência, Assistência à Saúde e Benefícios Pós-Emprego

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR/ME emitiu as Resoluções nº 36/2022, nº 38/2022, que determinam às empresas públicas que mantém benefícios de previdência complementar e de assistência à saúde dos seus empregados, a submeter à avaliação atuarial a consistência e a qualidade da aderência dos cálculos atuariais apresentados pela Fundo de Pensão e pelo Programa de Assistência à Saúde. A Resolução nº 37/2022 determina avaliar a economicidade da manutenção do patrocínio dos planos de previdência pela empresa pública. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina ainda que as empresas públicas devem levantar e emitir o respectivo relatório dos benefícios pós emprego concedidos e a conceder aos empregados ativos e ex-empregados, pensionistas e dependentes, e efetuar a avaliação atuarial, determinado o déficit ou superávit.

Partindo dessas premissas, a Codevasf contratou a empresa Lógica Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda, por meio de processo licitatório, para realizar a avaliação atuarial desses aspectos com previsão para começar análise no primeiro trimestre de 2023.

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO
Diretor-Presidente
CPF:008.261.025-81

RODRIGO MOURA PARENTES SAMPAIO
Diretor da Área de Revitalização e Sustentabilidade
Socioambiental
CPF: 013.967.853-02

ANTÔNIO ROSENDO NETO JÚNIOR
Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e
Infraestrutura
CPF: 250.692.763-87

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO
Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de
Irrigação
CPF: 239.274.374-68

JULIANNA BAÍA PIO DE LIMA
Contadora CRC-DF 20.004/O-6
CPF: 954.848.091-34